[Recensão a] DIOGO MORAIS BARBOSA, *Natura sempre in se curva. A vinculação a si e a possibilidade de desvinculação segundo Duns Escoto*

Autor(es): Silva, Paula Oliveira e

Publicado por: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/29456>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/0872-0851_42_12

Accessed : 26-Apr-2023 14:00:17

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

REVISTA **FILOSÓFICA** DE COIMBRA

vol. 21 - número 42 - outubro 2012

vol. 21 - número 42 - outubro 2012

Fundação Eng. António de Almeida

chama-lhe *ultima realitas entis*). Esta, na medida em que é uma entidade de algum modo parecida com diferença específica, permite que os vários *intellectus* não sejam completamente desligados entre si (se-lo-iam se, *à la* Ockham, fossem individuais *ex se*), ou seja que eles formem uma pluralidade inferior à duma determinação mais ampla; por fim, na medida em que é uma entidade positiva, e não um simples acidente como a quantidade, está salvaguardada a individualidade das almas, contra a sua dispersão num intelecto único e indiferenciado.

Jacopo Falà

DIOGO MORAIS BARBOSA, *Natura sempre in se curva. A vinculação a si e a possibilidade de desvinculação segundo Duns Escoto*. Cadernos. Centro de Estudos de Filosofia – Universidade Nova de Lisboa. Fundação Eng.º António de Almeida, Porto, 2012, 141p.

A obra em presença é a versão acurada da dissertação apresentada pelo autor para obtenção do grau de mestre em Filosofia, na Universidade Nova de Lisboa. Por conseguinte, o plano da obra segue com fidelidade o modelo exigido para um trabalho académico e científico: uma introdução, seguida de três apartados de desenvolvimento temático e uma conclusão. A obra contém um conjunto de instrumentos técnicos, como sejam as necessárias siglas e abreviaturas, definidas no início, e um conjunto de referências bibliográficas, com que encerra. Do ponto de vista dos conteúdos, a obra está circunscrita temática e cronologicamente. A questão/problema em debate é o da identificação da estrutura formal do humano (Apartado 1. Introdução. Qual é a estrutura formal do humano? [p.13]), visando a doutrina escotista sobre este assunto particular. Para atingir este objectivo, o autor propõe-se comentar, em alguns autores considerados basilares para o estudo da Filosofia Medieval, o conceito de natureza e em particular de ‘natureza humana’, para finalmente mostrar a originalidade de Duns Escoto sobre o tema. Como princípio heurístico para esta análise, assume como lema a expressão atribuída a Bernardo de Claraval, ‘*natura sempre in se curva*’, analisando o seu significado nos autores que traz à colação. O presente estudo não privilegia contudo a abordagem histórico-filosófica, a qual surge nesta obra apenas para evidenciar algumas características interpretativas do tema da *natura curva* antes de Escoto, e com o objectivo concreto de mostrar a novidade da abordagem escotista e as limitações das outras posições, face à determinação da estrutura formal do humano. O horizonte interpretativo do qual parte o autor é claramente filiado no método fenomenológico, pelo que assistimos a uma exposição de carácter descritivo dos argumentos e temas propostos, numa linguagem familiar a algumas correntes do existencialismo contemporâneo. O conjunto de elementos que acabamos de expres-

sar anuncia por si uma obra original nos seus princípios heurístico e hermenêutico. Contudo, se a complexidade temática da obra poderia agravar o seu conteúdo, a clareza de exposição que a caracterizam – dominando o autor, à excelência, a arte da escrita, da análise textual e da descrição fenomenológica – torna grata a leitura e desafiante o conteúdo filosófico. A tese de natureza filosófica que está em causa é a de que, para Duns Escoto, ‘humano’ significa um modo de existência que se assume como empreendimento ativo, isto é, sob forma de tarefa, num processo aberto de livre desvinculação dos condicionamentos impostos pela natureza. O autor expõe esta tese basicamente em três momentos. Num primeiro, mostra que a ideia de uma natureza necessariamente curvada sobre si mesma está presente nos autores que trata – Agostinho, Bernardo de Claraval, Tomás de Aquino e Escoto – e evidencia o modo como cada um deles se posiciona perante o problema da *natura curva*. Seguidamente, contrasta mais de perto as posições de Tomás de Aquino e de Duns Escoto, nomeadamente na análise que ambos fazem das potências humanas naturais e do seu objeto. Finalmente, evidencia o modo como a posição de Escoto abre à possibilidade de a potência volitiva se sobrepor à necessidade da natureza, podendo desvincular-se dela mediante o exercício da liberdade. Desta feita, segundo o autor, Duns Escoto apresenta uma proposta para o humano como tarefa que se assume a si mesmo nas infinitas possibilidades de concreção ativa da sua existência. Detentor de poderes sobre os seus próprios fins e capaz de se autodeterminar não apenas ao bem de si, mas e sobretudo ao bem em si, o humano caracteriza-se pelo poder de se desvincular de modo (quase) absoluto das determinações da natureza (pp. 124-126).

Uma vez apresentados os métodos e objetivos da obra na Introdução, o apartado 2 (*A incurvatio* como o constitutivo humano ‘ut natura’ [pp. 19-42]) trata da tradição do termo e da posição de Duns Escoto face a essa tradição. No primeiro apartado, o autor apresenta as teses de Agostinho, Bernardo de Claraval e Filipe o Chanceler sobre o tema. Para estes filósofos, o ‘estado curvo’ da alma indica uma inclinação contrária à rectidão que lhe é devida e, portanto, identifica no humano um estado contrário à sua natureza. Tal *incurvatio* decorre de uma queda original e a rectidão do homem não pode ser retomada a não ser pelo auxílio de uma força extrínseca, diferente e superior ao próprio humano. Este aspecto, diz o autor, é convergente em Bernardo e Agostinho (p. 25). Porém, um outro sentido de *incurvatio* é possível e encontra-se em Filipe Chanceler: ela significa o centramento em si, a dobra sobre si mesmo e é, afinal, uma consequência ou concretização do anterior (p. 29). Segundo o autor, Duns Escoto radicaliza as posições das doutrinas anteriormente referidas, ao considerar que é sinónimo de ‘natura’ o estar voltado sobre si, num peculiar sentido de ‘o ser natural coincidir com as possibilidades da natureza’ e excluir a possibilidade de a transcender. No caso da natureza humana, e porque ela se caracteriza pela tensão para o que é melhor, esta mesma *inclinatio* é entendida por Escoto como uma necessidade da natureza (p. 32-33). Inversamente, a possibilidade de uma

constituição do ser para além destes constrangimentos naturais está reservada à *voluntas*, a qual possui justamente a característica contrária à *natura*. Se aquela é necessidade de vinculação a si, esta é abertura à pura possibilidade de si como liberdade. O autor contrasta ainda as posições de Tomás de Aquino e de Duns Escoto a este propósito, mostrando que o Angélico considera a natureza curva como uma *inclinatio* ao bem comum (um curvar sobre si que inclui não só as características individuais, mas sobretudo as da espécie e género, as comuns, que são as próprias da *natura*) e evidenciando a rejeição desta doutrina por parte de Escoto (pp. 37-40). A questão essencial que transita para o apartado 3 (A vontade como o constitutivo do humano enquanto humano” [pp.43-98]) é a de saber se Duns Escoto admite uma desvinculação por parte do humano da necessidade que lhe é imposta pela natureza (e não em virtude de uma força divina, como queriam os autores antes citados) e, em caso afirmativo, sob que condições de possibilidade ocorre tal desvinculação. O apartado 3 analisa a diferença entre potências racionais e irracionais, potências ativas e potências passivas, uma vez mais confrontando Duns Escoto e Tomás de Aquino sobre este assunto particular. Trata-se de um capítulo denso e onde a base textual e o rigor definatório são imprescindíveis, verificando-se ambas as características na obra em questão. Aqui apenas se indicarão algumas das linhas interpretativas apontadas pelo autor e necessárias para a exposição do seu argumento. Assim, a posição de Duns Escoto será a de que as potências irracionais estão determinadas a agir de um modo exclusivo e unidimensionado. Por isso, paradoxalmente, elas são passivas com relação a tal determinação. São, “princípios operativos sem poder sobre o seu acto elícito”, ou seja “sem poder sobre si” (p. 48). As potências racionais, inversamente, “não estão necessitadas a agir”, “podem produzir um acto ou o seu oposto” e “têm poder sobre a própria raiz da produção dos seus actos” (pp. 48-49). Ora, aplicadas estas definições de Escoto às potências humanas de inteligir e querer, a conclusão não se faz esperar: para Escoto, o intelecto é uma potência irracional (p. 55), pois “age de modo idêntico aos princípios da natureza (...) e não passará de uma potência da natureza entre outras” (p. 56), enquanto a vontade é a potência racional por excelência. Ela é algo que o humano possui por essência, está aberta a todos os possíveis e a sua atividade, por oposição à necessidade da *natura*, é contingente *simpliciter* (p. 58). Ela pode de facto escolher entre todas as possibilidades, entre as quais se encontra o próprio “poder de não-escolher”, o poder de se negar a si mesma enquanto essencialmente volitiva (p. 60-61). É este poder ante todos os possíveis, incluindo a possibilidade de si mesma, que o autor identifica como ‘fortemente libertário’ (termo que recolhe da literatura secundária de origem anglo-saxónica) e cujo significado examinará até ao final do apartado (pp. 62-98), retirando-lhe consequências para a identificação do ‘humano no homem’. Esta abertura da vontade humana a todos os possíveis é radical e caracteriza-se por aquilo que o autor designa por ‘contingência sincrónica’, isto é, pelo “poder constitutivo de a vontade seguir um pos-

sível no preciso momento e nas circunstâncias precisas em que tem ao seu alcance todas as possibilidades, mormente a possibilidade contrária” (p. 62). Por seu turno, enquanto superior ao intelecto (dado que tem poder sobre o seu ato elícito), ela tem domínio sobre o próprio ato intelectual, não se deixando determinar por nenhum objeto dele (pp. 75-77). Uma tal vontade é de facto quase absoluta e quase onipotente (p. 78), ao menos no que diz respeito às possibilidades de ser, se bem que o não seja quanto à posição radical deles na existência, i.e., ao acto de criar propriamente dito (p.78). Uma tal vontade integra um amplo domínio de arbitrariedade, como o autor evidencia, contrapondo a arbitrariedade da vontade humana e divina, em Escoto (pp. 90-94). A conclusão deste apartado 3 converge na afirmação da efectiva possibilidade de a vontade humana se desvincular da natureza. Ora, se antes de dissera que esta é constitutiva e necessariamente curva, a vontade pode efectivamente torná-la recta e, querendo, endereçá-la, do bem para si, ao bem em si. Dada esta condição da vontade em Escoto, o autor conclui: “o âmbito constitutivo do humano enquanto humano é a vontade enquanto vontade” (p. 98). Uma vez considerada a possibilidade de desvinculação da vontade face à natureza, o autor expõe, no último apartado, o modo como Escoto elabora essa doutrina. Explica que Escoto considera a tendência do homem ao que lhe é conveniente como sendo um apetite natural de felicidade, e que o expressa recorrendo a uma terminologia emprestada de Anselmo, distinguindo entre uma *affectio commodi* (um desejo do que é conveniente) e uma *affectio iustitiae* (o desejo do que é bom em si). Aquela primeira tendência é inextinguível no humano. Mas, precisamente por isso, ela inscreve-se no domínio do naturalmente necessário e não corresponde ao especificamente ‘humano no homem’. Sobre ela, segundo Escoto, pode exercer-se o domínio da vontade: essa *curvatio* dada e constitutiva pode ser assumida pela vontade e *apropriada*, isto é, integrada num projeto de construção da existência como empreendimento pessoal (p. 116). Esta desvinculação que a vontade opera (ou pode operar) sobre a natureza é precisamente o que identifica o carácter não-natural, ou pessoal, do humano, fazendo dele não uma essência ou um género, mas uma *existentia*: “a pessoa é pois ‘*existentia*’, tarefa em aberto – não vinculada a si e portanto não vinculada à natureza” (p. 117). Ora é essa possibilidade que a vontade tem de agir sobre e de integrar livremente na construção de si a *affectio commodi* que Escoto designa por *affectio iustitiae*: é-lhe própria a transcendência de toda a natureza e a abertura a toda a possibilidade, independentemente da conveniência do objeto para si. Esta possibilidade, que é a liberdade na sua condição mais radical, abre-lhe o caminho para poder querer mais além do conveniente, isto é, para poder querer o bem não para mim, mas em si. Esta análise da *affectio iustitiae* escotista permite ao autor avançar num derradeiro passo da sua tese inicial. Assim, “as acções em que o humano age verdadeiramente como Humano são aquelas em que visa a desvinculação de si, para atingir o bem em si, fora do condicionamento do apetite. Apenas tais acções tocam o

núcleo duro da vontade “ut voluntas” pois apenas elas atendem ao objeto da vontade enquanto tal. Quer dizer: só elas atendem ao bem em si – ao intrinsecamente justo, ao caminho essencialmente recto” (p. 215). O apartado quinto e último é uma breve conclusão (pp. 127-130), que sintetiza e sistematiza, em tópicos, as doutrinas expostas e a tese essencial da interpretação do autor sobre Escoto, a propósito da radicalidade da vontade na constituição do humano: “Quero, logo sou existência. Quero existencialmente, logo sou capaz de desinteressar-me de mim, para aceder ao bem em si. Sou capaz de visar o objeto que constitui o meu âmbito enquanto humano, transcendendo a natureza e a sua inerente ‘incurvatio’. O âmbito daquilo que me constitui não se abre no encurvamento (fechamento) de si. De facto, abre-se de cada vez que não ajo de acordo com a inclinação natural e quero o transcendente ao natural – o bem em si” (pp. 129-130).

Não sendo original na temática – como o prova a literatura secundária que o autor refere em Bibliografia – a abordagem é-o sim no princípio heurístico de que se serve, a saber o itinerário traçado a partir do conceito de ‘natura curva’, para identificar o humano no homem em Duns Escoto. O autor discute ainda oportunamente a sua interpretação com a de alguns dos principais especialistas no estudo de Duns Escoto, de modo a vincar a originalidade da sua leitura por um lado, e o radical poder de desvinculação da natureza atribuída por Duns Escoto à vontade, por outro.

No universo restrito dos estudos de Filosofia Medieval publicados em Português e em Portugal, a obra de Diogo Morais Barbosa agora vinda a público é um contributo inestimável para o estudo da complexa obra e doutrina de Duns Escoto, nomeadamente para a compreensão do papel central que ocupam as noções de *voluntas* e de *natura* na antropologia do Doutor Subtil.

Paula Oliveira e Silva

ANTUNES, JOÃO LOBO. *A Nova Medicina*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012, 88p.

Num tom ligeiro e informativo, traço característico que a colecção de ensaios da Fundação Francisco Manuel dos Santos imprime aos trabalhos que publica, João Lobo Antunes revisita muitos dos temas dispersos em outros ensaios, tentando dar ao leitor uma visão simples mas informada dos grandes desafios que a Medicina enfrenta nos dias de hoje. O leitor não encontrará neste livro grandes elaborações teóricas mas, sobretudo, o reconhecimento dos problemas que hoje em dia médicos e, sublinhemos, não médicos, têm de enfrentar.

Mesmo reconhecendo os ganhos de saúde que o progresso científico e tecnológico, bem como os factores económico-sociais, criaram, com exemplos fla-